



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 176/2021 -
NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 09 de dezembro de
2021

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 02

Ref.: Procedimento Licitatório Eletrônico
Nº 020 / 2021 – DECOMP/DA

Obj.: Contratação de Empresa de Engenharia para execução das obras de pavimentação, drenagem e adequação das projeções dos gabiões da Rua São Lucas, Vila do Boa, em São Sebastião - DF, devidamente especificado no Projeto Básico e no Edital e seus anexos - valor estimado da contratação R\$ 4.262.534,32 - processo nº 00144-00001568/2018-87.

I – DA INTRODUÇÃO

O presente procedimento licitatório tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para execução das obras de pavimentação, drenagem e adequação das projeções dos gabiões da Rua São Lucas, Vila do Boa, em São Sebastião – DF.

O aviso da licitação em tela foi publicado no dia 17 de novembro de 2021, com a data de abertura do certame marcada para o dia 10 de dezembro de 2021, às 09h:00.

No dia 29 de novembro de 2021, às 15:41, foi apresentado o presente pedido de esclarecimento, encaminhado via correspondência eletrônica (Doc. SEI/GDF nº 75113221).

II – DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

III – DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

Em suas razões, a Empresa XXXX suscita:

“Tendo em vista que na Concorrência 001/2021 a empresa TVA CONSTRUÇÃO EIRELI apresentou preço unitário para o item DEMOLIÇÃO

MANUAL DE MEIO FIO (15X30X100) CM; ORIGEM; SICRO 1600447 maior que o preço previsto no edital e não foi desclassificada, solicitamos esclarecimentos no sentido de que nos seja confirmado se o item 8.3.3.8 do presente edital será seguido à risca ou os licitantes terão o mesmo direito de corrigir suas propostas caso apresentem valores maiores que o previsto no edital? "8.3.3.8 Serão desclassificadas as propostas cujas planilhas orçamentárias apresentarem itens com preços unitários que ultrapassem os preços unitários dos respectivos itens da planilha estimativa da Novacap."

É o breve relatório.

IV - DA ANÁLISE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Conforme relatado acima, a Requerente apresentou questionamento quanto ao rigor na análise das propostas cujas planilhas orçamentárias apresentem itens com preço superior ao estimado pela NOVACAP.

Em que pese se tratar de remissão direta à item constante da proposta orçamentária, este DECOMP tem a esclarecer que o dever da Administração é operar seus atos conforme os princípios que a regem no âmbito das compras públicas, tais como o da Vinculação ao Edital, da Isonomia e da Legalidade.

Portanto, ao imprimir no instrumento convocatório determinada exigência, é esperado do Licitante que o requisito seja cumprido a contento, até como forma de convalidar a sua habilitação/classificação no certame.

Por este ângulo, a vinculação ao instrumento convocatório visa assegurar a todos os licitantes os seus direitos e deveres, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.303/2016 - ou seja, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas por regras não estabelecidas no edital e seus anexos.

Depreende-se, dessa forma, que o rigor só é condenável se conduzir a decisões extremadas porquanto desamparadas de razoabilidade.

Noutro ponto, tanto a doutrina especializada quanto a jurisprudência são uníssonas quanto à possibilidade de saneamento de eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

Para tanto, faz-se necessária a análise da natureza dos erros: se formal, se material ou se substancial.

Por erros formais entende-se pelas falhas que, embora representem incorreções ou omissões quanto ao cumprimento de exigências do edital, não prejudicam seu conteúdo ou a essência do documento, podendo ser saneadas.

Seguindo essa orientação, ensina o jurista Marçal Justen Filho que:

"as diligências e esclarecimentos consistem em atividades desenvolvidas diretamente pela autoridade julgadora, destinadas a eliminar imprecisões e confirmar dados contidos na documentação apresentada pelo licitante."
(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993. 18ªed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.).

Já o erro material é aquele de fácil constatação, ou o chamado erro grosseiro. Ou seja, fica claro que a vontade da Licitante não reflete o que está escrito, sendo perfeitamente cabível o seu

saneamento.

Por fim, o erro substancial é aquele que torna incompleto o conteúdo do documento, impedindo que a Administração conclua pela suficiência dos elementos exigidos e, conseqüentemente, maculando a sua essência.

Neste aspecto é a orientação dos Tribunais de Justiça:

*PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ERRO FORMAL X ERRO SUBSTANCIAL. PERMANÊNCIA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA APÓS EVENTUAL RETIFICAÇÃO. CENÁRIO DUVIDOSO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1.A natureza da Ação Mandamental, via de rito sumário e de emprego excepcional, demanda a comprovação inequívoca do direito invocado através de prova constituída antes e apresentada no momento da impetração, ou seja, não pode haver qualquer sombra de dúvida, caso contrário, estará caracterizada a ausência de pressuposto específico de admissibilidade do remédio constitucional. **2.Embora a empresa defenda que a falha detectada em sua proposta configure mero equívoco formal passível de correção através de diligência, o ente público procurou demonstrar, inclusive com base em parecer oficial do setor de engenharia, que se trata de erro substancial em que sua alteração implicará em apresentação de nova proposta, em manifesta afronta aos princípios da isonomia entre os licitantes e da vinculação ao instrumento convocatório. 3.A impetrante não juntou e nem indicou quais os dados monetários concretos que seriam utilizados na retificação. Não se tem a certeza se, depois de eventual correção, a proposta reapresentada continuaria, ou não, sendo a mais vantajosa para a municipalidade.** 4.Com efeito, somente através de ampla dilação probatória seria possível dirimir esse cenário duvidoso, circunstância esta não admitida na via estreita do mandado de segurança, o que não impede eventual ajuizamento da ação própria. 5.Apelo conhecido e não provido. (TJ-CE - APL: 00055520620178060034 CE 0005552-06.2017.8.06.0034, Relator: ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, Data de Julgamento: 07/10/2019, 3ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 07/10/2019)*

Por todo o exposto, informamos que a análise de toda a documentação habilitatória, bem como a proposta de preço da empresa arrematante seguirá a costumeira observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, sendo certo que, em sendo observados erros formais ou materiais, o saneamento será medida impositiva.

V - CONCLUSÃO

Sendo essas as informações, consideramos respondido o inteiro teor do questionamento.

A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br.

Ladércio Brito Santos Filho

Chefe do DECOMP/DA



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7**, **Chefe do Departamento de Compras**, em 09/12/2021, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **75828225** código CRC= **73664BC1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF